

## **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: PELA BUSCA DOS DIREITOS NEGADOS NO CAMPO**

**Temática:** Ordenamento territorial, políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

Autora: Roseane Oliveira Rios - Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Via Campesina, e-mail: [riosmst@bol.com.br](mailto:riosmst@bol.com.br)

### **RESUMO**

Este artigo foi escrito a partir do trabalho de pesquisa realizado no projeto Residência Agrária do curso de mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP - (TerritoriAL). Enfoca a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por terra, educação e dignidade e sua contribuição para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro. No âmbito educacional os assentamentos do MST, como parte do território camponês, tem sido o espaço mais amplo de realização de projetos de Educação do Campo. Entendendo que a educação é uma dimensão fundamental para o desenvolvimento territorial, a pesquisa foi realizada na região do Baixo Sul da Bahia, assentamento Limoeiro, município de Igrapiúna, no intuito de compreender a luta pela terra na região e como as famílias se organizaram para conquistar o direito à educação. A metodologia de trabalho utilizada pautou-se essencialmente nos depoimentos de assentados e assentadas. Além destes, utilizou-se a análise de documentos e registros dos principais eventos e atividades. Os resultados indicam que na região do Baixo Sul da Bahia o processo de articulação das famílias sem terra pelo MST, iniciado na década de 1990, se configura como uma ação fundamental na luta para transformação social. Ademais, constatou-se que, desde o acampamento, a educação forma parte de uma das principais pautas das famílias, as quais adquiriram uma larga consciência de que a educação para a classe trabalhadora camponesa é um direito e dever do Estado.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo, MST, território, agronegócio.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um trabalho de pesquisa realizado no Assentamento Limoeiro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Igrapiúna, região do Baixo Sul da Bahia. A pesquisa foi feita através do projeto Residência Agrária<sup>1</sup> e é parte integrante do Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

Para construção do texto foram tomados como referência teórica autores como Neves (2005) que estuda o projeto educacional hegemônico, desvelando a relação burguesia e Estado; Frigotto (2014) e Leher (2014) que apontam o lugar da educação pública nessa relação; Gohn (2005) que estuda o caráter educativo dos movimentos sociais; Fernandes (2004, 2007) e Caldart (2012) que trazem os fundamentos da educação do Campo e pedagogia do MST.

A metodologia consistiu em diagnóstico da realidade, identificando principais avanços e dificuldades enfrentadas, seguido de diálogo com assentados e assentadas e elaboração e execução de um trabalho de formação com coletivo de educadores do assentamento. Para levantamento do diagnóstico foram aplicados questionários, sistematização de depoimentos e análise de documentos e registros dos principais eventos e atividades que aconteceram no assentamento.

### 1. A EDUCAÇÃO DO MST E SUAS RAÍZES NA LUTA PELA TERRA

A partir dos anos 1990 o centro hegemônico do capital se organizou para impulsionar o modelo neoliberal para a América Latina. As classes dominantes brasileiras se subordinaram e se ajustaram ao projeto hegemônico burguês sendo o capital nacional desde seu nascedouro dependente, se colocando como condutor do Estado, relegando ao mesmo o papel de instrumento de negociação e conciliação de interesses. Como consequência da ofensiva neoliberal, intensificam lutas sociais, principalmente no campo, onde o agronegócio se consolida, mantendo duas características, “por um lado uma tendência a controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro, a concentração de empresas com controle internacional.” (LEITE & MEDEIROS, p. 81, 2012).

Sobre essa adesão do Brasil ao neoliberalismo e as forças sociais de resistência, (NEVES, 2005) afirma:

“De modo geral, pode-se afirmar que a história política do Brasil a partir dos anos 1990 tem sido a história da recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira nesse momento de mudanças qualitativas na organização do trabalho e da produção e da reestruturação do Estado no capitalismo monopolista internacional e nacional. Essa história tem sido também a história de tentativas de segmentos minoritários das forças políticas de esquerda de manterem viva a utopia socialista, em face da adesão cada vez mais significativa de segmentos da classe trabalhadora e postulados e ações

---

<sup>1</sup> Residência Agrária é uma modalidade específica de curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*) atendida pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Essa modalidade de curso orienta-se pelos objetivos, princípios, diretrizes e fundamentos legais mais gerais do Pronera. Apesar disso, possui objetivos e diretrizes específicos, voltados para o fortalecimento da relação entre assistência técnica, Educação do Campo e desenvolvimento. (Michelott, 2012).

neoliberais da Terceira Via, que fundamentam a nova pedagogia da hegemonia”. (NEVES, p 89, 2005)

Em se tratando do campo, a expansão do sistema capitalista, consolida cada vez mais os territórios capitalistas promovendo a expulsão dos povos e a exploração da força de trabalho. A concentração da terra é uma realidade atual e o modelo de agricultura fundado no agronegócio tem muito contribuído para o exercício da dominação e exploração de classe.

As análises da realidade feitas pelas organizações camponesas da Via Campesina<sup>2</sup> apontam que o campo brasileiro está a passar por um período de intensas lutas, pois apesar das forças do capital serem hegemônicas, as contradições aumentam. O agronegócio segue intensificando o controle e concentração da terra, da mineração, da água e sementes; pressiona o governo para acelerar liberação de mais sementes transgênicas e mais venenos agrotóxicos e mantém o uso e controle da mídia ao seu favor.

Como aponta os estudos de (Fernandes, 2004) os conflitos se intensificam no campo porque, diferente da cidade, a sobrevivência dos sujeitos do campo depende diretamente dos seus territórios. Exercendo seu papel de elaborador de políticas públicas, o Estado procura camuflar os conflitos territoriais, expropriando os grupos da terra e promovendo o assistencialismo em conjunto com projetos de educação que legitimem esses objetivos. Dessa forma, o agronegócio amplia a ofensiva sobre a educação dos camponeses para fortalecer sua hegemonia.

Em se tratando da educação pública, na sociedade brasileira, as propostas de governo oscilam na tentativa de adequar a formação da classe trabalhadora aos modelos de acumulação do capital. Fundamentada na pedagogia da hegemonia capitalista, “o direito social e subjetivo à educação básica no Brasil se firmou em uma estrutura dual de escolarização reservando à classe trabalhadora uma formação de cunho instrumental e adestrador” (Frigotto, p. 01, 2014). O projeto neoliberal na sua proposta de dominação concebe a escola como forte veículo de dominação, pois esta, ao longo de sua história, trata de uma visão de mundo, de homem e de sociedade que tem como objetivo principal a subordinação e a transmissão de um conhecimento fragmentado que pouco se articula com a realidade.

Entendendo que a educação escolar apesar de ser arquitetada nas formas de dominação, não é a única possibilidade de educar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde seu surgimento dimensionou sua luta para além da conquista da terra, passou a lutar também por outros direitos, entre eles a educação.

Essa luta travada pelo movimento social denuncia a precariedade da educação ofertada à classe trabalhadora camponesa e desenvolve no seu seio uma educação com caráter emancipador, que busca não só o direito à escolarização, mas questiona a propriedade privada da terra. (CALDART, 2012)

Sobre o caráter educativo do movimento social e as experiências educacionais gestadas fora do âmbito oficial de ensino na década de 1980, Gohn afirma:

“O crescimento desorganizado do setor da educação formal, nos anos 70, sua burocratização e a queda geral de sua qualidade levaram, nos anos 80, ao ressurgimento de novas formas de educação informal através de trabalhos na área

---

<sup>2</sup> Organização mundial que nasceu em 1992 no II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (Unag). Articula camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis.

da educação popular, e de experiências na área de educação não formal, geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados em movimentos sociais.” (GOHN, 2005, p.8)

Nesse período de descenso dos movimentos sociais urbanos o MST surge como novo sujeito sociopolítico do campo:

“... a visibilidade externa dos *movimentos populares urbanos*, na mídia e na sociedade como um todo, refluíu no início dos anos 90. Ao mesmo tempo, um outro sujeito sociopolítico advindo dos movimentos sociais populares do campo ganhava força: os sem-terra, especialmente o MST.” (GOHN, 2005 p. 110)

No MST a educação nasce vinculada aos seus três grandes objetivos: a luta pela terra, luta pela reforma agrária e transformação social. A escola surge como um direito e o movimento como agente transformador da mesma. O movimento assume a luta pela educação e junto com outras organizações sociais no I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) em 1997 gesta o movimento por uma Educação do Campo. Dessa forma a educação do MST e Educação do campo tem as mesmas raízes, pois projetam “uma escola onde se pudesse analisar a sociedade em que se vive, projetar outro tipo de sociedade (projeto popular), aprender a perceber as contradições nela existentes, construir caminhos (método) de inserção e organização na direção do projeto” (CALDART p.23, 2013).

Essa proposta educacional enquanto projeto da classe trabalhadora, além de trazer a luta por políticas públicas é também uma contraposição à antiga educação rural<sup>3</sup>, elaborando um novo campo teórico fundamentado na luta de classes e análise da realidade.

## **2. A LUTA POR TERRA E EDUCAÇÃO: O CASO DO ASSENTAMENTO LIMOEIRO**

O processo de concentração fundiária no território do Baixo Sul da Bahia tem suas bases no modelo de colonização fundado no trabalho escravo e exploração predatória da natureza e, se intensifica a partir da segunda metade do século XX quando grandes grupos econômicos passam a grilar terras e expulsar ex- escravos e seus descendentes.

No município de Igrapiúna, território do Baixo Sul da Bahia, a luta pela terra se intensifica em 1998 a partir da necessidade de posseiros garantirem seu pedaço de chão em disputas com poderosos fazendeiros. Essa luta se amplia quando esses posseiros se juntam a outras famílias sem terra que articuladas pelo MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sindicato de trabalhadores rurais se fortalecem e conseguem a desapropriação da Fazenda Limoeiro transformando-a no assentamento Limoeiro onde atualmente moram cinquenta e cinco famílias.

Desde o momento da ocupação, as famílias reivindicaram a escola para as crianças e adultos estudarem. No formato de turmas multisseriadas durante o dia e turmas de alfabetização de jovens e adultos à noite, a escola se constituiu como a conquista de garantirem a educação de crianças e,

---

<sup>3</sup> A educação rural ou educação para o meio rural aparece de forma superficial e desarticulada neste cenário brasileiro no fim do Segundo Império. Mas somente a partir da primeira metade do século XX é que a oferta de educação para o meio rural foi implantada mais amplamente, porém não como uma preocupação com a formação dos trabalhadores do campo e sim porque a evolução das estruturas sócio agrárias do país obrigou a classe dominante do campo a minimamente se preocupar com algumas mudanças, como por exemplo a construção de escolas em seus domínios. (CALAZANS, 1993).

jovens e adultos não alfabetizados. Marcada pela precariedade típica da oferta de educação no campo, a Escola Municipal Iracy de Souza se constituiu como materialidade da luta por um direito dos sem terra serem educados no território camponês e passa a ser parte integrante da luta e espaço de formação para fortalecer a mesma.

Primeiro em barraco de pau-a-pique, depois em um prédio escolar construído em 2004, a escola atualmente é o centro sócio-político-cultural do assentamento, sendo utilizada para reuniões, assembleias, eventos religiosos e grandes festas. Nos dias de assembleia, que acontece uma vez por mês, jovens, adultos, idosos, crianças e educadores participam discutindo avanços e construindo reivindicações para a melhoria do ensino no assentamento.

A educação é uma das principais bandeiras de luta do assentamento e se dá pelo fato das famílias a conceber como forma de transformar a vida de seus filhos, como afirma uma assentada que tem filhos em idade escolar e faz parte do conselho educacional,

“Nós temos que lutar para que essa escola continue sendo nossa. Não gastamos a sola de nossos sapatos marchando debaixo de chuva e sol para depois entregar a formação de nossos filhos a eles (*poder público*). Porque quem sabe o que é melhor para os nossos filhos somos nós”<sup>4</sup>

Essa fala retrata a luta das famílias para conquistar o direito à educação e a luta diária travada para permanecer no processo de condução desse projeto educacional. No movimento de construção desta escola houve muitos momentos de contradições, avanços e retrocessos em que os elementos da pedagogia do MST fortalecem a luta pela conquista da mesma e vem ao longo de sua história educando e reeducando os sujeitos que estão envolvidos nos seus processos pedagógicos.

Apesar de esta unidade escolar ser mantida pelo governo municipal, o processo educacional do assentamento é conduzido pelas famílias juntamente com o setor de educação do MST que garante a participação das educadoras nos espaços de luta e formação do movimento, avalia, monitora e elabora a proposta pedagógica. O canal direto de participação das famílias assentadas na educação é o conselho escolar que permite que pais e mães participem ativamente das decisões da escola.

Essa escola tem uma estrutura razoável se considerada as demais do campo na região. O seu Projeto Político Pedagógico foi construído pelo assentamento junto com o Setor de Educação do MST. Porém, apresenta sérios limites para ser colocado em prática. A proposta pedagógica contida no PPP encontra limites nas estruturas e formas de organizar o ensino, apontando uma necessidade de mudanças na organização do trabalho pedagógico para que se possa ir consolidando no cotidiano os princípios filosóficos e pedagógicos previstos no PPP, que são os princípios gerais da Pedagogia do Movimento. O tempo de quatro horas diárias em um espaço de sala de aula a faz priorizar apenas a dimensão cognitiva. A alteração na forma de organizar a escola possibilitará uma superação de suas bases conservadora buscando trabalhar outros tempos escolares como tempo de trabalho, de arte, de esporte e leituras.

O poder público desenvolve na região um projeto educacional pautado num modelo empresarial, concebendo na sua aparência educação como política estratégica para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Porém, na sua essência, o que se percebe é que por influencia dos grupos empresariais a educação pública tem resgatado princípios da teoria do capital humano apresentada pelo economista Theodore Schultz (1902 – 1998), colocando o MST na condição de lidar com dois projetos em disputa, um instituído pelo estado burguês, ancorado no agronegócio e outro fundamentado na proposta de uma educação de raízes emancipadoras.

---

<sup>4</sup> Fala de uma assentada em Assembleia realizada no dia 14/01/2014 se referindo à necessidade de colocar no corpo diretivo da escola educadoras do assentamento.

Além disso, a educação do MST, enquanto projeto de educação do campo, está inserida tanto disputa de território material, a terra, como território imaterial que são as teorias elaboradas objetivando o controle e domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. (FERNANDES, 2004)

Essa luta tem perspectiva de se intensificar, pois educação pública brasileira segundo Leher (2014) vem passando por profundas transformações,

“(…) A perspectiva universalista, de que a escola pública deveria assegurar uma formação geral a todos os estudantes por meio da garantia, pelo Estado, da educação pública, gratuita e estruturada em sistemas universais, foi combatida em prol de políticas focalizadas, referenciadas na pedagogia das competências, atributos utilitaristas que objetivam a adaptação das crianças e jovens ao ethos capitalista e, mais precisamente, ao chamado novo espírito do capitalismo flexível, referenciados no trabalho super - explorado e precário”. (Leher, p. 31, 2014)

É contra esse cenário de precarização na oferta da educação e forte atuação da classe dominante na educação pública que o MST vem criando estratégias de consolidação de outro projeto de formação humana.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Com essa trajetória de luta, o projeto educacional do Assentamento Limoeiro apresenta elementos fortes da Pedagogia do MST e está inserida no projeto da classe trabalhadora que busca se reconstruir a partir de novos elementos e na sua especificidade não perder a relação com as questões gerais do movimento a que está vinculado.

A possibilidade de realizar uma educação emancipadora, depende do conhecimento/interpretação da realidade por parte daqueles que a querem transformar, também das ferramentas pedagógicas que o MST construiu ao longo de seu acúmulo e principalmente da sua capacidade de mobilização tanto a nível local como nacional.

Conceber o estudo como possibilidade de conhecer o mundo para transformá-lo é o real sentido de lutar por escolas e a luta para mudar as bases dessa escola também deve ser constante, caso contrário essa escola conquistada se tornará uma ferramenta que contradiz todo o projeto de formação que existe no seio dos movimentos sociais.

Essa luta tem que ser coletiva e os educadores que estão nessas escolas devem enxergá-la dessa forma, somando suas experiências para retirar o ideário de que o que melhor que existe em educação está na cidade.

As considerações feitas neste artigo precisam ser mais aprofundadas e esse é um desafio para os que estão inseridos no projeto de Educação do Campo. Conhecer a realidade para potencializar para a luta aquilo que nos fortalece com intencionalidade de criar mecanismo de superação daquilo que nos coloca na condição de subalternos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERREIN, Jacque e DAMANCENO, Maria nobre (Org.). **Educação e Escola no campo**, São Paulo Papirus, 1993, p. 15 a 40.

CALDART, Roseli Salete Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In MOLINA, Monica C. (Org.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para Construção da escola**. In: VEDRAMINI, C. R. e AUED, B. W. (Orgs). Temas e problemas no ensino em escolas do campo. São Paulo: Outras Expressões, 2012, no prelo.

CALDART, Roseli Salete (et al) **Escola em Movimento no Instituto de educação Josué de Castro**. um ed – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma caminhada**. In MOLINA, Monica C. (Org.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Soberania Alimentar como Território**. Texto apresentado no Workshop Food Sovereignty: Theory, Praxis and Power, realizado nos dias 17 e 18 de novembro no St. Andrews College, University of Saskatchewan, Saskatoon.

FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação básica no Brasil: entre o direito social e subjetivo e o negócio**. Acessado em <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/37724>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e educação**. 6ª. Ed. (revista), São Paulo: Cortez, 2005.

LEHER, Roberto. **Educação popular e luta de classes: um tema do século XX**. In Escolas Livres de Formação. Caderno nº 1 do Residência Agrária – UNB. Matrizes produtivas da vida no campo, 2014.

MICHELOTTI, Fernando **O que é Residência Agrária**. IN. FRIGOTTO, Gaudêncio et al (orgs) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade** . São Paulo: Xamã, 2005.